

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 22, de 2026

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Iniciativa:

Ementa:

Requer urgência para o PL 2239/2022, que “altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça”.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Prejudicada

Último local: 28/08/2026 - Secretaria de Atas e Diários

Destino: Ao arquivo

Último estado: 28/08/2026 - PREJUDICADA

TRAMITAÇÃO

28/08/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: PREJUDICADA

Ação: A Presidência declara a prejudicialidade do presente Requerimento, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno. A matéria vai ao arquivo.

10/06/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido, em Plenário, o Requerimento nº 22/2026 - CCJ. O requerimento vai à publicação.

Publicado no DSF Páginas 973-974 - DSF nº 86

Publicado no DSF Páginas 466 - DSF nº 86

10/06/2026 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado requerimento (Urgência para matéria) na Comissão nesta data às 12:36.

DOCUMENTOS

REQ 22/2026 - CCJ

Data: 10/06/2026

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Requer urgência para o PL 2239/2022, que “altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça”.



Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 22, de 2026

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 10/06/2026

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido, em Plenário, o Requerimento nº 22/2026 - CCJ. O requerimento vai à publicação.

Descrição/Ementa: -